



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** Sala de Reuniões do Conselho Estadual de Saúde/SES  
Rua Esteves Júnior 160 – 8º andar  
Florianópolis

**DATA:** 30/03/07

**HORÁRIO:** 14:00 horas

**PRESENTES**

**Secretaria de Estado da Saúde:**

Carmen Emília Bonfá Zanotto, Arion Godoi, Maria Teresa Locks, Raquel Ribeiro Bittencourt, Flávio Magajewski, Winston Luiz Zomkowski, Sonia Machado de Souza, Isabel Cristina Funk.

**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:**

Celso Luiz Dellagiustina (Lontras), João José Cândido da Silva (Florianópolis), Telma Regina Bley (Canoinhas), Alexandre Grierson Spessatto (S.Miguel do Oeste), Alessandro Garbelotto (Biguaçu), Claudete Fuzinato Fiorentin (Herval do Oeste), Nedio Conci (Chapecó), Sonia Adriana Weege (Timbó).

**DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A 121ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 20min, sob a coordenação de Celso Luiz Dellagiustina, Presidente do COSEMS, com a presença dos membros acima descritos.

**DOCUMENTOS RECEBIDOS**

Ofício 019/06, do COSEMS, encaminhando a nominata dos novos representantes na CIB;  
Ofício 045/07, da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, solicitando auxílio para cobertura de custos adicionais da assistência oncológica;

Ofício 059/07, da Secretaria Municipal de Saúde de Irienópolis, encaminhando cópia do ofício do Hospital Santa Cruz de Canoinhas sobre a referência do mesmo para outros municípios;

Ofício 014/07, da Secretaria Municipal de Saúde de Imbituba, solicitando uma sede de atendimento do SAMU para o município;

Fax do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, comunicando que os serviços de alta complexidade em ortopedia estariam em funcionamento num prazo de 48 horas.

O Coordenador CIB/COSEMS, Celso Luiz Dellagiustina, apresentou os novos representantes do COSEMS na CIB, dando-lhes boas vindas.

**APROVAÇÃO DA ATA**

Aprovada na íntegra a Ata da sessão de 15/12/06.

**1. TEMAS PARA DELIBERAÇÃO**

**2. a) REPACTUAÇÃO SAÚDE AUDITIVA**

Aprovada a repactuação da Saúde Auditiva, conforme parecer técnico da Gerência de Programação de Serviços e Credenciamento da SES, anexo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

3. **b) ALTERAÇÃO DELIBERAÇÃO 071/CIB/06**
4. Aprovada a alteração da nomenclatura e o delineamento do Plano para a Organização da Rede Estadual de Atenção em Alta Complexidade de Oncologia em Santa Catarina, revogando a Deliberação 071/06.
  
5. **c) PACTO INDICADORES GESTÃO – ESTADO E MUNICÍPIOS**
6. O Coordenador CIB/COSEMS disse que tendo em vista o Ministério da Saúde ter prorrogado o prazo até o dia trinta de abril para que os municípios façam suas pactuações, o COSEMS sugere que seja aprovado na próxima reunião de forma que os municípios que ainda não providenciaram, possam fazê-lo, procurando orientação junto às regionais de saúde.
  
7. **d) HABILITAÇÃO NOVOS LEITOS UTI**
8. Aprovada a habilitação dos novos leitos de UTI, conforme parecer técnico emitido pela Gerência de Programação de Serviços e Credenciamento.
  
9. **e) TRANSFERÊNCIA RECURSO CEO –SMS FLORIANÓPOLIS**
10. Aprovado o repasse dos serviços e dos recursos financeiros do Centro de Especialidades Odontológicas da SES para a Secretaria Municipal de Florianópolis.
  
11. **f) CREDENCIAMENTO CIRURGIAS POR VIDEOLAPAROSCOPIA E LAQUEADURA**
12. Aprovado o credenciamento para Cirurgias por Videolaparoscopia e Laqueadura, sendo que as próximas solicitações de credenciamento deverão ser informadas à CIB.
  
13. **g) ALTERAÇÃO MÉDIA COMPLEXIDADE – ORTOPIEDIA, CARDIOLOGIA E NEFROLOGIA**
14. O Coordenador CIB/COSEMS solicitou que a alteração da média complexidade em Nefrologia fosse discutida na Câmara Técnica, para sua aprovação na próxima reunião.
15. Aprovadas as alterações da média complexidade em Ortopedia e Cardiologia, conforme parecer técnico emitido pela Gerência de Programação de Serviços e Credenciamento.
  
16. **h) ALTERAÇÃO PPI AMBULATORIAL**
17. Aprovada a alteração da PPI ambulatorial, conforme parecer técnico emitido pela Gerência de Programação de Serviços e Credenciamento.
  
18. **i) ALIMENTAÇÃO DO SIFAB (OFÍCIO DIAF)**
19. O Coordenador CIB/COSEMS disse que os municípios solicitam o apoio do Estado, no sentido de responder ao Ministério da Saúde sobre a impossibilidade técnica de cumprir a Portaria Ministerial referente à alimentação do sistema (SIFAB) desde 2002, e que ao mesmo tempo, isto não seja motivo para que haja bloqueio dos recursos da Assistência Farmacêutica do Estado.
20. Consensoada a emissão de expediente ao Ministério da Saúde para esclarecimento da questão.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**21. j) CREDENCIAMENTO CONSÓRCIOS – JOINVILLE E SÃO MIGUEL DO OESTE**

22. A Coordenadora CIB/SES, Carmen Bonfá Zanotto, sugeriu a realização de uma reunião com os cinco consórcios já credenciados no Estado, para que fosse feita uma avaliação, a fim de verificar a ampliação da oferta efetiva dos serviços de saúde dentro desta nova política.
23. Aprovado o credenciamento dos consórcios de Joinville e São Miguel do Oeste.

**24. k) RELATÓRIO DE GESTÃO VISA/2006**

25. O Coordenador CIB/COSEMS sugeriu que o próximo Relatório de Gestão fosse discutido na Câmara Técnica para um maior aprimoramento.
26. Aprovado o Relatório de Gestão VISA/2006.

**27. l) INCENTIVO HOSPITALAR**

28. O Coordenador CIB/COSEMS disse que apesar dos mecanismos de controle e a estipulação de metas relativas ao Incentivo Hospitalar, há uma dificuldade muito grande por parte dos gestores em controlar esta questão. Solicitou que os municípios participassem com a SES na forma de uma Comissão Especial nas discussões a respeito do tema, para que pudessem trazer suas experiências e mostrar onde o incentivo hospitalar está deixando de cumprir sua função principal.
29. A Diretora de Regulação, Maria Teresa Locks, disse que o pedido de prorrogação foi solicitado para que houvesse mais tempo para discutir com os municípios qual a melhor forma de o incentivo cumprir o objetivo proposto.
30. Consensoada a formação de uma Comissão Especial para tratar do Incentivo Hospitalar.
31. Aprovada a prorrogação do termo de compromisso e as metas pactuadas das Unidades Hospitalares que aderiram ao Incentivo em 2006, até o dia trinta de abril de 2007.

**32. m) TRS**

33. Aprovada a pactuação da TRS, conforme proposta número dois descrita no parecer técnico da Gerência de Programação de Serviços e Credenciamentos, anexo.

**34. HOMOLOGAÇÃO**

35. a) Homologada a Deliberação *ad referendum* da Transferência do recurso da Campanha Anti-Rábica.
36. Homologada a Deliberação *ad referendum* da Ampliação da abrangência Alta Complexidade em Cardiologia.
37. Homologada a Deliberação *ad referendum* dos Indicadores do Pacto de Gestão.

**38. DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

**39. CRONOGRAMA DE REUNIÕES CIB**

40. Consensoada a proposta do calendário de reuniões/2007 da CIB, conforme segue: 20 de abril, 18 de maio, 22 de junho, 20 de julho, 24 de agosto, 21 de setembro, 19 de outubro, 30 de novembro e 15 de dezembro.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**41. INFORMES**

**42. a) CONTRATUALIZAÇÃO**

43. O Gerente de Programação de Serviços e Credenciamentos, Arion Godoi, mencionou que é da responsabilidade do gestor pleno efetuar os credenciamentos de todos os serviços de média complexidade com seu teto livre, de média complexidade com os recursos do FAEC e os de alta complexidade que não tenham portaria específica. Disse que a questão da transferência de recursos deve passar pela aprovação da CIB. Acrescentou que os credenciamentos das APAES também serão feitos pelos municípios em Gestão Plena.

**44. b) RELATÓRIO AUDITORIA - DEZ/06 E JAN/07**

45. Informado o conteúdo do Relatório de Auditoria referente aos meses de dezembro/2006 e janeiro/2007, conforme documento auto-explicativo disponibilizado à Mesa.

**46. c) INCENTIVO ESTADUAL PARA ATENÇÃO BÁSICA**

47. O Diretor de Planejamento, Flávio Magajewski, informou que o Plano Estadual de Saúde previu 25% do valor do incentivo federal como contrapartida do Estado para a Atenção Básica. Disse que a questão do Incentivo será levada para discussão ampla na Câmara Técnica para definir indicadores e critérios para avaliação de estrutura, de processos e de resultados dos municípios, a fim de contribuir para a construção de uma atenção primária qualificada.

48. A Secretária de Timbó, Sônia Adriana Weeg, solicitou que fosse estipulado em prazo para a discussão dos critérios e indicadores, bem como um prazo para o repasse dos recursos, para poder informar aos municípios da sua região.

49. A Coordenadora CIB/SES disse que se a Câmara Técnica fizer a pactuação, poderá vir para a aprovação na próxima reunião da CIB.

**50. d) PLANEJA SUS**

51. A Gerente de Desenvolvimento de Políticas de Saúde, Ângela Blatt, informou que em fevereiro/2007, foi publicada a Portaria do Incentivo do Planeja SUS, que está vinculada à assinatura do Pacto de Gestão. Solicitou aos municípios efetuarem o preenchimento do questionário encaminhado, para que possa ser feito um diagnóstico e definir um plano de trabalho e distribuição dos recursos.

52. O Coordenador CIB/COSEMS sugeriu que, tendo em vista o Planeja SUS estar sendo discutido e acompanhado por um grupo qualificado representado pelo COSEMS e pela SES, então, que este possa funcionar como Câmara Técnica.

53. Ficou acordado que o grupo composto por representantes do COSEMS – Hélio Livino, Clécio Espezim e Geraldo Azzolini, com os representantes da SES – Ângela Blatt e Flávio Magajewski continuarão a trabalhar no projeto, funcionando como Câmara Técnica, e que na próxima reunião da CIB será apresentado um produto das discussões.

**54. e) DENGUE**

55. A Gerente de Controle de Zoonoses, Suzana Veccer, apresentou a situação dos casos de dengue no Estado e no Brasil, solicitando a atenção dos Secretários de Saúde para a questão. Disse que muitos municípios tiveram seu teto de vigilância



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

em saúde bloqueado, por ter deixado de fazer o repasse do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde por um período de seis meses. Esclareceu que o fundo é para viabilizar as ações de vigilância em saúde, e que os recursos devem ser utilizados para estruturar os programas, de forma a impedir a dengue no Estado.

56. A Coordenadora CIB/SES colocou que a preocupação com a dengue é coletiva e que há uma contrapartida do Estado para o desenvolvimento das ações. Fez um apelo aos Secretários presentes para que trabalhassem juntos aos seus Colegiados, ressaltando que o assunto trata-se de uma questão de saúde pública.
57. O Secretário Geraldo Azzolini sugeriu que fosse produzido material da dengue para veicular na mídia (principalmente na rádio), para que a informação chegue aos municípios. Acrescentou ainda, a necessidade de desenvolver uma ação com a Secretaria de Educação na produção de material educativo, para ser distribuído nas escolas como meio de informação às crianças e famílias.

**58. f) CIRURGIAS ELETIVAS**

59. A Diretora Maria Teresa informou que o terceiro projeto de Cirurgia Eletiva do Estado de Santa Catarina já foi aprovado pelo Ministério da Saúde, e que a portaria para a liberação dos recursos será publicada nos próximos dias, conforme indicou o Ministério. Solicitou aos municípios que fizessem suas prestações de contas com relação às APACs, para que não haja penalização aos municípios e conseqüentemente, prejuízo ao usuário. Ressaltou a necessidade de atingir a meta de 70% até o mês de junho, de forma a dar continuidade do projeto.

**60. g) ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

61. A Coordenadora CIB/SES informou que o recurso referente à Assistência Farmacêutica Básica foi repassado com atraso devido ao fechamento da máquina na virada do ano, e que o recurso de abril será repassado dentro do mês. Disse que de acordo com a política de Assistência Farmacêutica – Plano Estadual, aprovado na CIB, existe um item referente aos medicamentos especiais, cuja aquisição está sendo problemática, em virtude da grande demanda de ações judiciais. Salientou que as ações judiciais devem ser cumpridas, para posteriormente o Estado recorrer, e que este tipo de problema está causando um desordenamento no orçamento. Colocou que a SES quer apresentar para discussão na Câmara Técnica, uma proposta de ressarcimento ou de compensação, por não estar conseguindo atender o item de medicamentos especiais. Mencionou que, com a reestruturação da SES está sendo criado um grupo que acionará a União para o ressarcimento de pelo menos 50% do valor das ações judiciais. Disse que ao mesmo tempo que os municípios se reportam ao Estado nos casos das ações judiciais, também a SES se reportará à União. Colocou que tendo em vista a mudança da lógica da compra para a modalidade de registro de preços, os distribuidores de medicamentos estão entrando com recursos nos processos de aquisição dos medicamentos, dificultando o trabalho da SES.
62. O Coordenador CIB/COSEMS parabenizou a Coordenadora CIB/SES pela sua atitude corajosa em esclarecer a situação da Assistência Farmacêutica. Colocou que é preciso discutir os protocolos da Assistência Farmacêutica, pois muitas vezes, estes são os fatores impeditivos para o fornecimento da medicação, e até geradores de ações judiciais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**63. OUTROS**

**64. a) SAÚDE AUDITIVA**

65. O Coordenador CIB/COSEMS argumentou sobre as decisões das Portarias Ministeriais da alta complexidade que fixou parâmetros populacionais para os serviços, sem considerar nenhuma base epidemiológica. Propôs que, a SES reflita sobre a possibilidade de contratar uma consultoria para efetuar o levantamento dos problemas da saúde auditiva, fazendo um estudo epidemiológico sobre as probabilidades de as pessoas terem problemas auditivos.
66. A Coordenadora CIB/SES disse que consultará a Universidade Federal de Santa Catarina através do Hospital Universitário, para verificar a possibilidade de executarem este estudo pela equipe multiprofissional do Hospital.

**67. b) ALTA COMPLEXIDADE ORTOPEDIA**

68. O Coordenador CIB/COSEMS colocou sobre o prejuízo que os municípios estão tendo em relação a não terem a referência dos serviços. Destacou sobre a alta complexidade em ortopedia do Planalto, cujo prestador – Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, ainda não está atendendo os municípios referenciados. Mencionou que o COSEMS, a SES e a Secretaria de Saúde de Lages receberam um comunicado do referido Hospital, solicitando um prazo de 48 horas para colocarem o serviço em funcionamento. Disse que o município de Lages já recebeu os recursos para a prestação dos serviços referentes aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2006, bem como os de janeiro, fevereiro e março de 2007. Propôs: 1 – que os recursos referentes a 2006, retornassem à SES para que outro prestador se habilite ao serviço, mesmo que administrativamente, para atender a lista de espera; 2 – que o não cumprimento do início efetivo das atividades em 48 horas, implicará num comunicado ao Ministério da Saúde desabilitando o prestador, e o retorno dos recursos às SES para fazer o refluxo dos pacientes a outro prestador, até que algum município da região se habilite ao serviço.
69. A Coordenadora CIB/SES sugeriu como encaminhamento para a próxima reunião, a apresentação de toda a evolução da alta complexidade em ortopedia, e que os recursos referentes aos quatro últimos meses de 2006, sejam utilizados para compensar os serviços já realizados.
70. A Diretora Maria Teresa sugeriu que a proposta tenha prosseguimento também para aqueles serviços já credenciados, e que a partir do estudo a ser feito, a CIB possa deliberar sobre todos os serviços.
71. Como encaminhamento ficou acordado que: 1 - caso o prestador não inicie o serviço até o dia 02/04/07, os recursos referentes aos meses de setembro a dezembro/2006, e janeiro/2007, deverão retornar à SES para repactuação; 2 – que seja oficializado ao Ministério da Saúde sobre o descredenciamento da referida unidade; 3 – a apresentação do relatório do estudo sobre todos os serviços da ortopedia.
72. Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

**Florianópolis, 30 de março de 2007.**